
16 de outubro: Dia Mundial da Soberania Alimentar

O modelo de desenvolvimento econômico promovido desde os centros de poder já tem mostrado às claras que leva ao desastre social e ambiental, tanto no nível local quanto no global. A mudança climática é o exemplo mais claro no tocante ao ambiente, enquanto a crescente escassez de alimentos que sofrem milhões de pessoas assim o demonstra no nível social.

As políticas globais não só não fazem nada para resolver os problemas como também os agravam. Não por ignorância, senão por desígnio. O resultado é a apropriação de mais e mais recursos por parte de empresas transnacionais cada vez maiores e mais poderosas. A semente, a água, o solo, a biodiversidade passam a ser propriedade dessas empresas e as populações locais são despojadas dos recursos que garantem seu sustento. Alguns exemplos nesse sentido são os seguintes:

- A agricultura familiar- produtora de uma ampla variedade de alimentos- é destruída para dar lugar à produção industrial de um único produto, geralmente não destinado à alimentação humana e sim à exportação.
- Enormes áreas de terras agrícolas e pecuárias são destinadas à produção de madeira para celulose (eucaliptos, pinheiros) ou de agrocombustíveis (milho, dendê, cana-de-açúcar, jatrofa).
- Os manguezais- fonte de vida para milhares de moradores locais- são destruídos para dar lugar à produção industrial de camarões para exportação.
- A extração comercial de madeira não só afeta a disponibilidade de alimentos e outros recursos dos quais dependem as populações locais, como também é a arma para a substituição da floresta por monoculturas para exportação (soja, dendezeiros, seringueiras).
- A exploração petroleira e mineradora poluem a água, o ar e os recursos dos quais se alimentam as populações locais (pescaria, caça, coleta).
- As grandes represas hidrelétricas expulsam populações inteiras e destroem os recursos alimentícios dos quais dependem milhares de pessoas que habitam na área afetada.

Nada disso é por acaso e as decisões são tomadas com plena consciência dos impactos que acarretam. Sob o manto do discurso do “desenvolvimento sustentável” é levada adiante a destruição da natureza em grande escala e de todos os recursos que até então garantiam a soberania alimentar das populações locais.

O divórcio entre as necessidades das grandes maiorias e as políticas globais é cada vez mais profundo. Enquanto os povos clamam por alimentos suficientes em quantidade e adequados em qualidade, os governos abrem as portas para investimentos estrangeiros que aprofundam o processo de apropriação e destruição dos recursos. Como resultado, a população de países ricos em recursos naturais é despojada de seus recursos, torna-se cada vez mais pobre e passa a sofrer fome e desnutrição.

Para completar, até os problemas mais graves- como por exemplo a mudança climática- são percebidos desde o poder econômico como "oportunidades de negócios" e são tratados como tais. É assim como foi desenvolvido um cientificamente absurdo mas economicamente muito rentável "mercado de carbono", em que destruidoras monoculturas de árvores são publicitadas como positivos "sumidouros de carbono", onde é negociada em dólares a conservação ou destruição de florestas, onde são promovidos os duramente questionados agrocombustíveis como a tábua de salvação da humanidade, onde se torna possível o que é impossível: que a queima de petróleo possa ser "compensada" e que as pessoas e empresas possam tornar-se "neutras em carbono" através de um simples pagamento em dinheiro a hábeis empresários do mercado de carbono.

Em face de todo esse panorama são muitas as lutas que se levantam à procura de alternativas reais para enfrentar a crescente catástrofe social e ambiental que as grandes empresas impuseram à humanidade. Muitas delas vêm se unificando sob a bandeira da soberania alimentar, que apela à sensatez de destinar as terras a satisfazer as necessidades alimentares das pessoas, que promove a agricultura familiar e cooperativa como a base da produção de alimentos, que impulsiona um comércio focado no que é local, que propõe a conservação dos recursos através de práticas agrícolas, pecuárias e florestais adequadas. Que apela, em suma, à justiça social baseada em um uso responsável da natureza.

Neste dia 16 de outubro fazemos então um apelo conjunto a tod@s para que esta data sirva para unificar ainda mais lutas para defender e promover a Soberania Alimentar dos povos.